



COIMBRA PARTICIPA

COIMBRA PARTICIPA JOVEM

2ª Edição

Normas de Participação 2019/2020



CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Princípio

A implementação do Orçamento Participativo no Município de Coimbra contribui para o exercício de uma participação informada, ativa e responsável dos cidadãos nos processos de governação local garantindo, assim, a intervenção dos mesmos na decisão de afetação dos recursos existentes às políticas públicas municipais. Assim, com esta iniciativa, pretende a Câmara Municipal de Coimbra valorizar a democracia participativa, assente no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa.

Artigo 2.º

Objetivos

A implementação do Orçamento Participativo no Município de Coimbra prossegue os seguintes objetivos:

1. Incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis;
2. Contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos aliar as suas preocupações pessoais ao bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação;
3. Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida no município;
4. Aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

O âmbito do *Coimbra Participa* e do *Coimbra Participa Jovem* é o território do concelho de Coimbra e abrange todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Coimbra.

Artigo 4.º

Dotação Orçamental e Tema

1. Ao Orçamento Participativo é atribuído anualmente uma dotação orçamental a definir pelo executivo camarário.
2. A Câmara Municipal de Coimbra atribui para o Orçamento Participativo – *Coimbra Participa* - do ano 2019, o montante de 500.000€ (quinhentos mil euros), conforme já inscrito nas Grandes Opções do



Plano para 2019 (código 07 002 2019/15), aprovadas em reunião de Assembleia Municipal realizada a 14 de dezembro de 2018.

3. Do montante total referido no ponto anterior, é destinada a verba de 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros) ao Orçamento Participativo Jovem – *Coimbra Jovem Participa* e 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros) ao Orçamento Participativo – *Coimbra Participa*.
4. Na eventualidade de não ser apresentada nenhuma proposta ao *Coimbra Participa* a verba disponível será transferida e adicionada à verba prevista para o *Coimbra Jovem Participa*, e vice-versa, no sentido de ser garantida a execução integral da dotação disponível para o Orçamento Participativo.
5. Ao Orçamento Participativo é atribuído anualmente um tema, a estabelecer pelo executivo camarário, que definirá a linha orientadora das propostas a candidatar.
6. As propostas apresentadas, no âmbito da edição de 2019 do *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*, têm como temática central “O que podemos fazer pelo bem-estar?”, tendo como enquadramento os indicadores que compõem o Índice de Bem-Estar, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística.
7. O Índice de Bem-Estar observa a evolução do bem-estar da população recorrendo a dois índices sintéticos que traduzem duas perspetivas de análise: “Condições materiais de vida” e “Qualidade de vida”.
8. Respeitando a temática central, referida no ponto 3, as propostas apresentadas devem inserir-se num dos sete domínios de análise que compõem a perspetiva “Qualidade de vida” do Índice de Bem-Estar, a saber:
 - a. Saúde;
 - b. Balanço vida-trabalho;
 - c. Educação, conhecimento e competências;
 - d. Segurança pessoal;
 - e. Participação cívica e governação;
 - f. Relações sociais e bem-estar subjetivo;
 - g. Ambiente.

Artigo 5.º

Participantes

1. Poderão participar no *Coimbra Participa* os cidadãos com idade superior a 30 anos que residam, trabalhem ou estudem no concelho de Coimbra.
2. Poderão participar no *Coimbra Jovem Participa* os cidadãos com idades entre os 14 e os 30 anos, inclusive, que residam, trabalhem ou estudem no concelho de Coimbra.
3. A identificação dos limites etários é efetuada à data de submissão das propostas.



4. Não é admitida a participação de empresas, associações, fundações e outros grupos de cidadãos formalmente constituídos.

Artigo 6.º

Modelo de Participação

O *Coimbra Participa* e o *Coimbra Jovem Participa* assentam num modelo de participação de carácter deliberativo, segundo o qual os participantes podem apresentar propostas e votar projetos que consideram prioritários até ao limite orçamental anualmente estabelecido e desde que se enquadrem nas normas definidas no presente documento.

CAPÍTULO II

Normas de Participação

Artigo 7.º

Calendário do *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*

O Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Coimbra compreende, para o ano de 2019, as seguintes etapas:

- a) Apresentação de Propostas – de 15 de fevereiro a 15 de abril;
- b) Encontros Participativos – de 20 de fevereiro a 15 de abril;
- c) Análise técnica pelos serviços municipais – de 16 de abril a 15 de maio;
- d) Período de reclamações – de 16 a 25 de maio;
- e) Decisão sobre as reclamações – de 27 a 31 de maio;
- f) Apresentação pública dos projectos a submeter a votação – 1ª semana de junho;
- g) Fase de votação dos projetos – de 1 de junho a 30 de junho;
- h) Apresentação pública dos projetos vencedores – 4 de julho;

Artigo 8.º

Apresentação e elegibilidade das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas:
 - a) No portal do *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*, acessível no site institucional da Câmara Municipal de Coimbra;
 - b) Presencialmente, nos encontros participativos que serão realizados nos locais considerados pertinentes para o efeito.
2. Não serão consideradas as propostas entregues de forma diferente das previstas no número anterior.



3. As propostas devem ser específicas e bem delimitadas na sua execução para uma melhor análise e, devem ser acompanhadas de orçamentação, o mais correta e detalhada possível, devendo ser enquadradas no tema referido nos n.ºs 6, 7 e 8 do Artigo 4.º.
4. Cada participante pode apenas apresentar uma só proposta. Se um mesmo texto integrar várias propostas, apenas a primeira será considerada, podendo ser solicitada a sua reformulação.
5. Os participantes podem adicionar anexos à proposta (fotos, mapas, plantas de localização, vídeos), cujo conteúdo sirva de apoio à sua análise.
6. Os projetos elaborados pelos serviços municipais e colocados à votação não são, obrigatoriamente, uma transcrição das propostas que lhe deram origem.
7. Cada proposta apresentada no âmbito do *Coimbra Participa* e do *Coimbra Jovem Participa* deverá respeitar os seguintes limites máximos de orçamento (incluindo IVA à taxa legal em vigor):
 - a) Propostas transversais, cuja abrangência e impacto incida em todo o concelho ou abranja um território que integre mais de 50% da sua população – 200.000€;
 - b) Propostas locais, cuja abrangência e impacto se delimite a uma freguesia ou abranja um território que integre menos de 50% da população do concelho – 50.000€;
8. As propostas candidatas devem ter como prazo máximo de execução vinte e quatro meses.

Artigo 9.º

Exclusões

Não serão consideradas as propostas que, cumulativamente:

- a) Não sejam inovadoras e diferenciadoras para a região de incidência;
- b) Configurem pedidos de apoio ou venda de serviços a entidades concretas;
- c) Após análise dos serviços, se verifique que excederam os montantes previstos, bem como o prazo de execução estimado;
- d) Contrariem ou sejam incompatíveis com planos ou projetos municipais;
- e) Já se encontrem em execução no âmbito do plano anual de atividades municipais, ou já se encontrem previstas, com rubrica inscrita, nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Coimbra;
- f) Sejam relativos à cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara Municipal de Coimbra;
- g) Prevejam geração de receita;
- h) Sejam demasiado genéricos ou muito abrangentes, não permitindo a sua adaptação a um projeto;
- i) Não sejam tecnicamente exequíveis, de acordo com parecer fundamentado da Comissão de Análise Técnica;
- j) Cuja competência de execução pertença a entidades externas à Câmara Municipal de Coimbra;
- k) Sejam comissionadas por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou tenham sobre si patentes registadas;
- l) Impliquem custos de manutenção e funcionamento que a autarquia não tenha condições de assegurar;



- m) Cujas execuções dependam de parcerias ou pareceres de entidades externas cujo período de obtenção seja incompatível com os prazos estipulados nas presentes normas.

Artigo 10.º

Encontros Participativos

1. Os Encontros Participativos visam permitir a participação de todos os cidadãos, especialmente aqueles com maior dificuldade de acesso a meios digitais, sendo organizadas no decurso do período de apresentação de propostas.
2. A ordem de trabalhos é composta pela apresentação do modelo de Orçamento Participativo, seguida de debate, apresentação e eventual discussão pública de propostas apresentadas.
3. As propostas referidas no número 1 do artigo 8.º serão introduzidas no portal do *Coimbra Participa* para posterior análise técnica da Comissão de Análise Técnica.
4. Os encontros participativos serão realizados nos locais considerados pertinentes e adequados para o efeito, de acordo com o tema de cada edição.

Artigo 11.º

Análise técnica das propostas

1. A análise técnica das propostas é efetuada pelos serviços da Câmara Municipal de Coimbra, através da constituição de uma Comissão de Análise Técnica, a qual verifica a conformidade das mesmas com as presentes normas e a sua viabilidade técnica.
2. A Comissão de Análise Técnica é, anualmente, nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal, considerando, designadamente, o tema em concreto definido para o Orçamento Participativo.
3. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade são adaptadas, caso seja necessário, a projeto e poderão sofrer ajustamentos técnicos.
4. A semelhança do conteúdo das propostas ou a sua proximidade a nível de localização poderá originar a integração de várias propostas num só projeto.
5. Antes de excluir qualquer proposta da lista dos projetos a votação, a Comissão de Análise Técnica contactará os proponentes para que, no prazo de cinco dias, possam apresentar as modificações necessárias para a tornar viável.

Artigo 12.º

Período de reclamação e resposta dos serviços municipais

1. Após análise técnica das propostas, a Câmara Municipal de Coimbra, torna pública, no portal do *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*, a lista das propostas aprovadas e não aprovadas para que, no prazo de 10 dias úteis possam ser apresentadas reclamações, às quais será dada resposta no prazo máximo de 5 dias.



2. Terminado o período de reanálise técnica, previsto na alínea e) do artigo 7.º, é divulgada a lista final de projetos que passam à fase de votação, no portal do *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*.

Artigo 13.º

Votação

1. A votação na lista de projetos final, analisada pela Comissão de Análise Técnica e aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal, decorre por via eletrónica no portal do *Coimbra Participa*, acessível no *site* institucional da Câmara Municipal de Coimbra.
2. Pode votar qualquer cidadão nacional, com idade igual ou superior a 14 anos.
3. Cada participante poderá votar apenas uma vez em cada projeto.
4. Os cidadãos com maior dificuldade de acesso a meios digitais podem votar nos locais identificados para o efeito no artigo seguinte.
5. A Câmara Municipal de Coimbra reserva-se o direito de rejeitar votos que levantem suspeitas de fraude.

Artigo 14.º

Locais para Apoio à Participação Online

Para além da possibilidade de contactar as Juntas de Freguesia para apoio à participação no *Coimbra Participa* e *Coimbra Jovem Participa*, a Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza espaços com pontos de acesso gratuito à internet, onde os cidadãos podem participar no processo do Orçamento Participativo:

- a) Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Atendimento e Apoio aos Órgãos Municipais;
- b) Casa Municipal da Cultura – Biblioteca Municipal;
- c) Loja do Cidadão – Espaço Câmara Municipal de Coimbra.

Artigo 15.º

Projetos Vencedores

1. São vencedores os projetos mais votados pelos cidadãos até ao limite da verba definida, para o *Coimbra Participa* e para o *Coimbra Jovem Participa*, no artigo 4.º e dentro dos limites referidos no artigo 8.º.
2. A listagem de projetos vencedores será divulgada numa sessão pública e através de editais nas juntas de freguesia e nos demais locais de estilo, bem como nos sítios de internet da CMC.
3. Em caso de empate será realizada uma nova fase de votação, com a duração de 7 dias, onde apenas serão colocados à votação os projetos em causa.
4. Em caso de repetição de empate, após a realização da segunda volta de votação, o critério de desempate será a data/hora de entrada do último voto em cada um dos projetos, apurando-se o projeto que primeiramente tenha obtido a votação final.



Artigo 16.º

Execução dos Projetos Vencedores

A execução dos projetos vencedores, não obstante do acompanhamento e participação dos seus proponentes ao longo de todo o processo de execução, é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 17.º

Revisão das Normas de Participação

1. As presentes Normas de Participação estão sujeitas a uma avaliação e revisão anual, atendendo, sempre que possível, às sugestões dos cidadãos.
2. Qualquer alteração das presentes Normas de Participação será publicada no portal do *Coimbra Participa*, acessível no *site* institucional da Câmara Municipal de Coimbra e em edital nos locais de estilo.

Artigo 18.º

Prestação de Contas e Informação ao Cidadão

Sendo a transparência uma componente basilar de todo o processo do *Coimbra Participa*, a prestação de contas e informação ao cidadão será efetuada de forma regular, nomeadamente através dos pontos de situação dos projetos vencedores, concluídos e em execução, bem como através de relatório de avaliação anual. Esta informação será disponibilizada para consulta no portal do *Coimbra Participa*, inserido no *site* institucional da Câmara Municipal de Coimbra.

Artigo 19.º

Coordenação

A coordenação do *Coimbra Participa* e do *Coimbra Jovem Participa* está a cargo do/a Vereador/a com competências delegadas nesta matéria.

Artigo 20.º

Conclusões Legais

1. Os cidadãos inscritos no *Coimbra Participa* e no *Coimbra Participa Jovem* autorizam o tratamento pela Câmara Municipal de Coimbra dos dados fornecidos no formulário de inscrição no portal do orçamento participativo.
2. A apropriação de identidade alheia é um crime punível pelo Código Penal Português.

Artigo 21.º



Dúvidas e omissões

Quaisquer dúvidas ou omissões relativas à interpretação e aplicação das presentes Normas são resolvidas, individualmente, pelo/a Vereador/a com competências delegadas, com observância da legislação em vigor.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

As presentes Normas entram imediatamente em vigor após a sua publicação em edital nos locais de estilo e na página eletrónica da Câmara Municipal de Coimbra.